



**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

ANNA ANGÉLICA DIÓGENES FERREIRA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DAS CAUSAS ASSOCIADAS
AOS TRANSTORNOS MENTAIS NA INFÂNCIA**

**ICÓ – CE
2024**

ANNA ANGÉLICA DIÓGENES FERREIRA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DAS CAUSAS ASSOCIADAS
AOS TRANSTORNOS MENTAIS NA INFÂNCIA**

Monografia submetida à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Vale Do Salgado (UNIVS) a ser apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Clélia Patrícia da Silva Limeira.

ANNA ANGÉLICA DIÓGENES FERREIRA

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DAS CAUSAS ASSOCIADAS
AOS TRANSTORNOS MENTAIS NA INFÂNCIA**

Monografia submetida à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do Curso de Bacharelado em Enfermagem Do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS) a ser apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Clélia Patrícia da Silva Limeira
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
(Orientadora)

Prof.^o Me. Josué Barros Júnior
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
1^a Examinador

Prof.^o Me. Rafael Bezerra Duarte
Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS
2^a Examinador

Dedico á Deus meu alicerce e minha família minha base.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha gratidão a Deus, que me concedeu força, sabedoria e perseverança ao longo desta jornada acadêmica. À minha família, especialmente aos meus pais, agradeço pelo amor incondicional, pelo apoio moral e financeiro, e por sempre acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais desafiadores. Vocês são a minha maior inspiração e motivação.

À minha filha, Ellen Maria, meu mais profundo agradecimento por ser a minha fonte constante de alegria e inspiração. Seu sorriso e carinho me deram forças nos momentos mais difíceis. Dedico este trabalho a você, na esperança de que sirva como exemplo de que, com determinação e esforço, podemos alcançar nossos sonhos.

Aos meus amigos e colegas de curso, sou grata pela camaradagem, apoio e incentivo mútuo. Compartilhar esta jornada com vocês tornou os desafios mais leves e as conquistas ainda mais significativas.

À minha orientadora, Clélia Patrícia da Silva Limeira, agradeço pela paciência, dedicação, conhecimento e orientação ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho. Suas orientações foram fundamentais para a conclusão deste TCC.

Agradeço também aos membros da minha banca examinadora, Josué Barros Júnior e Rafael Bezerra Duarte. Suas observações e comentários foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste TCC. Cada gesto de apoio e incentivo foi crucial para alcançar este importante marco em minha vida acadêmica. Muito obrigada a todos!

Nós estamos além do debate se a enfermagem é ciência ou a arte. Nosso compromisso é fazer a diferença.

Afaf Meleis.

RESUMO

FERREIRA, Anna Angélica Diógenes. **ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DAS CAUSAS ASSOCIADAS AOS TRANSTORNOS MENTAIS NA INFÂNCIA**. 2024. 36f. Monografia (Graduação de Enfermagem) – Centro Universitário Vale do Salgado(UNIVS), 2024.

A saúde mental infantil é um aspecto essencial do desenvolvimento humano, com impactos significativos na vida adulta. Fatores como negligência, vulnerabilidade e privação podem influenciar negativamente a saúde mental das crianças. O objetivo do estudo foi analisar a produção científica acerca das causas associadas aos transtornos mentais na infância. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, utilizando as bases de dados SciELO e LILACS, com os descritores "criança", "causas", "fatores predisponentes" e "transtornos mentais". Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2024, em português, que abordassem a temática. Os critérios de exclusão foram: Artigos de revisão, artigos duplicados, artigos que não se enquadram na temática em estudo e artigos em língua estrangeira. A análise dos estudos selecionados emergiu duas categorias: Perfil das crianças atendidas em serviços de saúde mental e Fatores de risco e determinantes associados aos transtornos mentais infantis, elas relevaram que os transtornos mentais na infância são multifatoriais, com influências biológicas, genéticas, psicossociais e ambientais. Fatores como depressão materna, desestrutura familiar, violência, negligência e dificuldades socioeconômicas foram identificados como fatores de risco. A identificação precoce e o acompanhamento profissional são cruciais para o tratamento e prevenção de agravos. Conclui-se que os transtornos mentais na infância são um problema multifacetado com diversas causas e impactos significativos no desenvolvimento infantil. É crucial que a sociedade e os profissionais de saúde reconheçam a importância da identificação precoce e do acompanhamento contínuo dessas condições. A promoção da saúde mental infantil requer investimentos em políticas públicas e programas eficazes de prevenção e tratamento. A continuidade das pesquisas neste campo é essencial para o desenvolvimento de intervenções cada vez mais eficazes, visando melhorar a qualidade de vida das crianças e prevenir o surgimento de transtornos mentais na vida adulta.

Descritores: Criança. Causas. Fatores Predisponentes. Transtornos mentais.

ABSTRACT

FERREIRA, Anna Angélica Diógenes. **ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON THE CAUSES ASSOCIATED WITH MENTAL DISORDERS IN CHILDHOOD**. 2024. 36f. Monograph (Undergraduate Nursing) - University Center Vale do Salgado (UNIVS), 2024.

Childhood mental health is a crucial aspect of human development, with significant impacts on adult life. Factors such as neglect, vulnerability, and deprivation can negatively influence children's mental health. This study aimed to analyze scientific literature on the causes associated with childhood mental disorders. It is an integrative literature review using the SciELO and LILACS databases with the descriptors "child," "causes," "predisposing factors," and "mental disorders." Articles published between 2019 and 2024 in Portuguese, addressing the theme, were included. Exclusion criteria were review articles, duplicate articles, articles not fitting the study theme, and articles in foreign languages. The analysis of the selected studies yielded two categories: Profile of children attended in mental health services and Risk factors and determinants associated with childhood mental disorders. The findings revealed that childhood mental disorders are multifactorial, with biological, genetic, psychosocial, and environmental influences. Factors such as maternal depression, family disintegration, violence, neglect, and socioeconomic difficulties were identified as risk factors. Early identification and professional follow-up are crucial for treatment and prevention of aggravations. In conclusion, childhood mental disorders are a multifaceted problem with diverse causes and significant impacts on child development. It is essential for society and health professionals to recognize the importance of early identification and continuous monitoring of these conditions. Promoting childhood mental health requires investments in public policies and effective prevention and treatment programs. Continuing research in this field is essential for developing increasingly effective interventions to improve children's quality of life and prevent the emergence of mental disorders in adulthood.

Descriptors: Child. Causes. Predisposing Factors. Mental disorders.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão.....	20
Figura 2 - Fluxograma de cruzamento de dados e seleção dos estudos para a RIL.....	21
Quadro 2 – Síntese dos estudos que compuseram a Revisão de Literatura.....	22

LISTA DE SIGLAS E/OU ABREVIATURAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPS	Centros de atenção psicossocial
CE	Ceará
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
ESP	Especialista
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PROF	Professor
PSM	Problemas de saúde mental
PVO	Population, Variables and Outcomes
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RIL	Revisão Integrativa de Literatura
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SDQ	O Strengths and Difficulties Questionnaire
SUS	Sistema único de saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2.OBJETIVO.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL:.....	13
3 REVISAO DE LITERATURA.....	14
3.1 PROBLEMA MENTAL EM CRIANÇAS.....	14
3.2 SERVIÇOS ASSISTENCIAIS PARA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS	16
4 METODOLOGIA.....	18
4.1 TIPO DE ESTUDO	18
4.2 FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA DA PESQUISA	19
4.3 FONTES DE PESQUISA E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	19
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	20
4.5 ANÁLISE DE DADOS.....	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5.1 CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	26
5.1.1 Categoria 1 – Perfil das crianças atendidas em serviços de saúde mental	26
5.1.2 Categoria 2 – Fatores de risco e determinantes associados aos transtornos mentais infantis	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE	33
APENDICE A – INSTRUMENTO DE EXTRAÇÃO DOS DADOS	33

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental infantil é compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional, envolvendo, dentre outros, aspectos emocionais, comportamentais e sociais, que produzem um elenco de habilidades capazes de tornar a criança competente para estar no mundo e pertencer a ele, considerando o contexto de vida dela (AMSTALDEN, HOFFMANN; MONTEIRO, 2010).

Por outro lado, tem-se o sofrimento psíquico infantil, quando a criança manifesta, por meio do seu comportamento ou da expressão de suas emoções, dificuldades que causam prejuízo e interferem no desenvolvimento de suas atividades e relações cotidianas (BRASIL, 2014; CANTWELL, 1999).

Para Ferriolli; Marturano e Puntel; (2007) os problemas de saúde mental na infância podem prejudicar o desenvolvimento da criança e estão associados ao risco de transtornos psicossociais na vida adulta. Estudos epidemiológicos têm mostrado taxas variáveis de prevalência de problemas psiquiátricos em crianças e adolescentes com taxas entre 8% e 18%, com média de prevalência global de 15,8%. No Brasil, diferentes levantamentos encontraram taxas de prevalência entre 12,7% e 23,3%. Os problemas mais frequentes incluem transtornos de conduta, de atenção e hiperatividade e emocionais.

Outro estudo no Brasil mostra que muitas crianças vivenciem essa realidade e são expostas dia a dia a situações de negligência, vulnerabilidade e privação múltipla, visto que, tem um ou mais direitos negados (UNICEF, 2008). Algumas famílias vivem em circunstâncias críticas, por exemplo: discórdia conjugal severa, dificuldades financeiras, tamanho grande da família, criminalidade paterna, abuso de álcool e/ou outras drogas, e, muitas vezes, não conseguem proporcionar condições saudáveis aos menores de idade (BETHEL *et al.*, 2017).

Segundo Silva *et al.* (2004) no século XXI, as crianças pobres permanecem exploradas, castigadas e maltratadas, condição que não se limita às internadas em orfanatos ou abrigos. Essas crianças, que vivem com seus pais, têm sua saúde mental afetada, seja por maus tratos, seja pela sua condição socioeconômica que obriga as mães a se afastarem de seus filhos ainda no primeiro mês por necessitarem trabalhar, entregando-os, muitas vezes, a pessoas incapazes de cuidar ou pela sobrecarga materna (a exaustão resultante do gerenciamento de diversas tarefas e o pensamento de que a mãe deve ser responsável por tudo).

Os problemas de saúde mental com maior frequência na idade infantil e adolescência são os transtornos de conduta, de atenção e hiperatividade e emocionais, atingindo predominantemente crianças e adolescentes em idade escolar, porém dados sobre prevalência

são imprecisos devido à dificuldade de mensurá-los. A avaliação da saúde mental nestas faixas etárias carece de instrumentos padronizados. O *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ), um dos poucos instrumentos utilizados, mensura as dificuldades da criança/adolescente através dos contextos emocional, conduta, hiperatividade e relacionamento com os pais (MATOS *et al.*; 2015)

Atualmente, os problemas mentais de menores de idade (crianças e adolescentes) estão em pauta nos debates de diversos campos da saúde. Além disso, é alvo das políticas públicas brasileiras, conforme Portaria nº 3.088 de 23/12/2011 do Ministério da Saúde, a qual compreende que esse público necessita de um atendimento especializado, que leve em consideração o perfil e as necessidades dessa faixa etária. No entanto, o problema mental infantil passou por um longo percurso de descaso e marginalização e, portanto, a construção de estratégias destinadas a esse público configura-se como um desafio recente (FARLA, RODRIGUES; 2020)

É notório o quanto as crianças que desenvolvem problemas mentais sofrem danos futuros. Sabendo disso e reconhecendo a importância de uma boa saúde mental na infância, este estudo se baseia na seguinte pergunta norteadora: O que as produções científicas apresentam sobre as causas associadas aos transtornos mentais na infância?

O interesse por essa temática surgiu quando a pesquisadora descobriu a maternidade. Desenvolvendo, como consequência dela o despertar pelo desejo de criar uma criança não só fisicamente saudável, mas também, psicologicamente saudável.

Este assunto se faz necessário para que a sociedade como um todo enxergue o desenvolvimento de problemas mentais que as crianças sofrem e os danos que podem causar na saúde mental delas. Este estudo é relevante para os profissionais e acadêmicos para enfatizar a importância de olhar para a saúde do paciente como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência de doença ou enfermidade.

2.OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL:

- Analisar, a produção científica, acerca das causas associadas aos transtornos mentais na infância

3 REVISAO DE LITERATURA

3.1 PROBLEMA MENTAL EM CRIANÇAS

A fase da infância tem um papel fundamental na vida de qualquer pessoa e tudo que acontece nela contribui para o processo de formação do adulto, visto que, remetem aos contextos de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Para que um menor possa desenvolver-se saudavelmente em cada etapa de sua vida é necessário um ambiente seguro que possa propiciar acolhimento, respeito e atenção em todas as tomadas de decisão e vivências deles (SILVA; SILVA, 2019).

Os anos iniciais da vida da criança são decisivos para seu desenvolvimento e sua saúde. Os circuitos neuronais estão rapidamente se estabelecendo e sofrendo influência das experiências precoces, que impactam na subjetividade infantil, na organização neuronal e no comportamento, na mesma proporção em que as características inatas da criança e/ou as do ambiente no qual se dá o desenvolvimento (SANTOS, CELERI, 2018).

Os problemas de saúde mental (PSMs) interferem na qualidade das experiências precoces e, portanto, no desenvolvimento das potencialidades das crianças. Acarretam prejuízos para a adaptação infantil às demandas ambientais, à aquisição de novas habilidades e capacidades, bem como ao funcionamento interpessoal, e para a relação pai-mãe-criança. Podem não produzir sintomas estáveis, manifestando-se de formas distintas, de acordo com cada fase do desenvolvimento, o que torna difícil a sua identificação (SANTOS, CELERI, 2018).

Atualmente, muita ênfase é dada ao relacionamento pais/filhos, entretanto, nem sempre as crianças tiveram seus sentimentos ou emoções valorizadas. Durante muitos anos, na história da humanidade, nenhuma importância era dada ao seu desenvolvimento, desejo ou vontades. Segundo Áries (1981), as crianças eram consideradas “adultos em miniatura”, conforme retratavam os pintores do século XI ao XIII. As atenções do mundo adulto, como a assistência, que hoje concebemos como cuidado, era voltada às guerras, às artes e aos acontecimentos nos quais os adultos eram protagonistas (SILVA *et al.*, 2004).

Segundo a literatura, problemas na saúde mental infantil-juvenil podem estar relacionados a alguns fatores, dentre eles, genéticos (pais com distúrbios afetivos, esquizofrenia, antissociais, hiperatividade, déficit de atenção e isolamento), biológicos (lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento prematuridade, desnutrição, baixo peso,), os quais vêm sendo bastante estudados nos últimos 10 anos, considerados fatores de risco ao desenvolvimento da criança (MATOS *et al.*, 2015).

Além dos fatores de influência biológica e genética, os fatores psicossociais, como por exemplo, desestrutura familiar, desemprego, pobreza e dificuldade de acesso à saúde e

educação, e os fatores ambientais, doença na família, morte de um parente e até uma situação de divórcio, atualmente vêm despertando a atenção dos pesquisadores por serem causadores de estresse, modificadores do ambiente e aumentarem a probabilidade do aparecimento de problemas emocionais interferindo no comportamento do indivíduo (MATOS *et al.*, 2015).

3.2 SERVIÇOS ASSISTENCIAIS PARA SAÚDE MENTAL DAS CRIANÇAS

A saúde mental no Brasil vem sofrendo significativas transformações em diversos pontos da sua estrutura. Dentro de um processo ininterrupto de construção de novas experiências, redimensionamento a clínica, a produção de conhecimento, embasamento normativo-jurídico e ampliação das condições para o exercício da gestão pública, este campo - alavancado pelo conhecido da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que caminha na direção proposta pelos agentes originais da reforma, ou seja, constituir-se como um campo onde o cuidado do paciente seja de reinserção social, visando as consequências éticas e, portanto, cidadãs, das idiossincrasias humanas (FERREIRA, 2004).

No Brasil, é fato recente o reconhecimento, pelas instâncias governamentais, de que a saúde mental de crianças e jovens é questão de saúde pública e deve integrar o conjunto de ações do Sistema Único de Saúde (SUS) responsável pelo desenvolvimento da política geral de saúde mental brasileira. Historicamente, as ações relacionadas à saúde mental da infância e adolescência foram, no país, delegadas aos setores educacional e de assistência social, com quase ausência de proposições pela área da saúde mental (COUTO; DUARTE; DELGADO, 2008)

Com o objetivo de superar esta delegação silenciosa e os problemas assistenciais que lhe são inerentes, existem hoje ações em direção à implantação de uma política de saúde mental para infância e adolescência como um plano específico, integrado à política geral de saúde mental do SUS. A principal finalidade desta política é a construção de uma rede de cuidados capaz de responder com efetividade às necessidades de crianças e adolescentes. Duas ações principais estão em curso nos últimos anos: a implantação pelo SUS de novos serviços de saúde mental para crianças e adolescentes, os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi); e a construção de estratégias para articulação intersetorial da saúde mental com setores historicamente envolvidos na assistência à infância e adolescência: saúde geral, educação, assistência social, justiça e direitos, com vistas à integralidade do cuidado (COUTO, DUARTE, DELGADO., 2008).

As políticas públicas no Brasil nos últimos 20 anos são tributárias da ampla redefinição das funções do Estado e de seu compromisso com a equidade e o bem-estar social construídos no período da redemocratização do país e expressos na Constituição Federal de 1988. Em relação à infância e adolescência, essas políticas estão também amparadas no movimento internacional de defesa de direitos, que gerou uma profunda mudança nas concepções sobre a criança e o adolescente, instando as sociedades a reconstruir suas agendas e ações dirigidas a eles. Na área da saúde, a síntese do esforço de redesenhar o dever do Estado brasileiro na garantia do acesso à saúde expressou-se na proposição do Sistema Único de Saúde, o SUS, de 1990, proposta generosa de uma política pública baseada no princípio da equidade e da universalidade do acesso (COUTO; DELGADO, 2015).

O percurso da reforma psiquiátrica configura-se como um processo social complexo que está para além da reestruturação do modelo assistencial, envolvendo um incessante movimento com a inovação de atores, conceitos e princípios. Para Amarante, considerando o cenário brasileiro, diferentes dimensões inter-relacionadas compõem esse movimento, a saber: teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural (BRAGA; OLIVEIRA, 2019).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) fundamenta-se nos princípios da autonomia, respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania; busca promover a equidade e reconhecer os determinantes sociais dos processos saúde-doença-sofrimento-cuidado; desfazer estigmas e preconceitos; garantir o acesso aos cuidados integrais com qualidade; desenvolver ações com ênfase em serviços de base territorial e comunitária; organizar os serviços em rede com o estabelecimento de ações intersetoriais, com continuidade do cuidado; desenvolver ações de educação permanente; ancorar-se no paradigma do cuidado e da atenção psicossocial; além de monitorar e avaliar a efetividade dos serviços. Em termos organizativos, o ordenamento da Atenção Psicossocial em cada Região de Saúde deve estruturar-se em diferentes pontos da rede SUS: atenção primária; atenção psicossocial especializada; atenção à urgência e emergência; atenção residencial de caráter transitório; atenção hospitalar; estratégia de desinstitucionalização; reabilitação psicossocial (MACEDO *et al.*, 2017).

No âmbito dessa dimensão da reforma psiquiátrica, os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS) são os serviços estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria n.º 3.088/11, republicada em 2013. Em suas diferentes modalidades, o CAPS é definido como um serviço territorial responsável pela ordenação da rede de cuidados dos usuários da RAPS; dentre as ações e estratégias de cuidado e de fomento de discussões, estão previstos acolhimentos, atendimentos, ações de reabilitação psicossocial, ações de articulação em rede intra e intersetoriais, dentre outras. O território, entendido como um espaço plural com diversas

histórias, formas de viver e formas de habitar, constitui para sujeitos e para coletivos modos de pertencimento com múltiplos sentidos. Ressalta-se que, além de diferentes modalidades de CAPS, a RAPS conta com outros seis componentes de atenção (BRAGA, OLIVEIRA; 2019).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo adota uma abordagem de revisão integrativa da literatura, um método utilizado para reunir, identificar, avaliar e analisar dados de estudos científicos sobre um determinado tema, com o objetivo de responder a uma pergunta específica (SILVA *et al.*, 2015).

O processo de revisão da literatura requer a elaboração de uma síntese pautada em diferentes tópicos, capazes de criar uma ampla compreensão sobre o conhecimento. A revisão da literatura é um primeiro passo para a construção do conhecimento científico, pois é através desse processo que novas teorias surgem, bem como são reconhecidas lacunas e oportunidades para o surgimento de pesquisas num assunto específico. Ela envolve a organização e a discussão de um assunto de pesquisa (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011).

É considerado um método que é realizado de forma sistemática, baseada em evidências que permite a combinação de diversas pesquisas experimentais e não experimentais, tornando o entendimento do estudo mais abrangente, também concede dados da literatura teórica e empírica, portanto o pesquisador tem a oportunidade de complementar sua pesquisa para diferentes propósitos, fornecendo uma estrutura de conceitos, teorias ou complexidades relativas. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Na revisão integrativa foi cumprida as seguintes etapas: (1) identificação do tema e construção da questão norteadora; (2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (4) avaliação dos estudos incluídos na revisão; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Assim, segue na figura 1, logo abaixo:

4.2 FORMULAÇÃO DA QUESTÃO NORTEADORA DA PESQUISA

Para a elaboração da questão norteadora foi utilizado à estratégia PVO (Population, Variables and Outcomes), onde a partir da escolha dos Descritores de Ciências da Saúde (DeSC): “criança”, “causas”, “fatores predisponentes” e “transtornos mentais” e terá como base a seguinte questão norteadora: O que as produções científicas apresentam sobre as causas associadas aos transtornos mentais na infância?

4.3 FONTES DE PESQUISA E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

A busca de dados do referente estudo de revisão foi realizada na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), dispondo no repositório da Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Para realização das buscas foram utilizadas os seguintes Descritores em Ciência da Saúde (DeCS): “criança”, “causas”, “fatores predisponentes” e “transtornos mentais”. Entre os descritores para a busca dos artigos foi aplicado o operador booleano “AND”.

A busca e coleta de dados foi realizada no período de março e abril de 2024.

4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

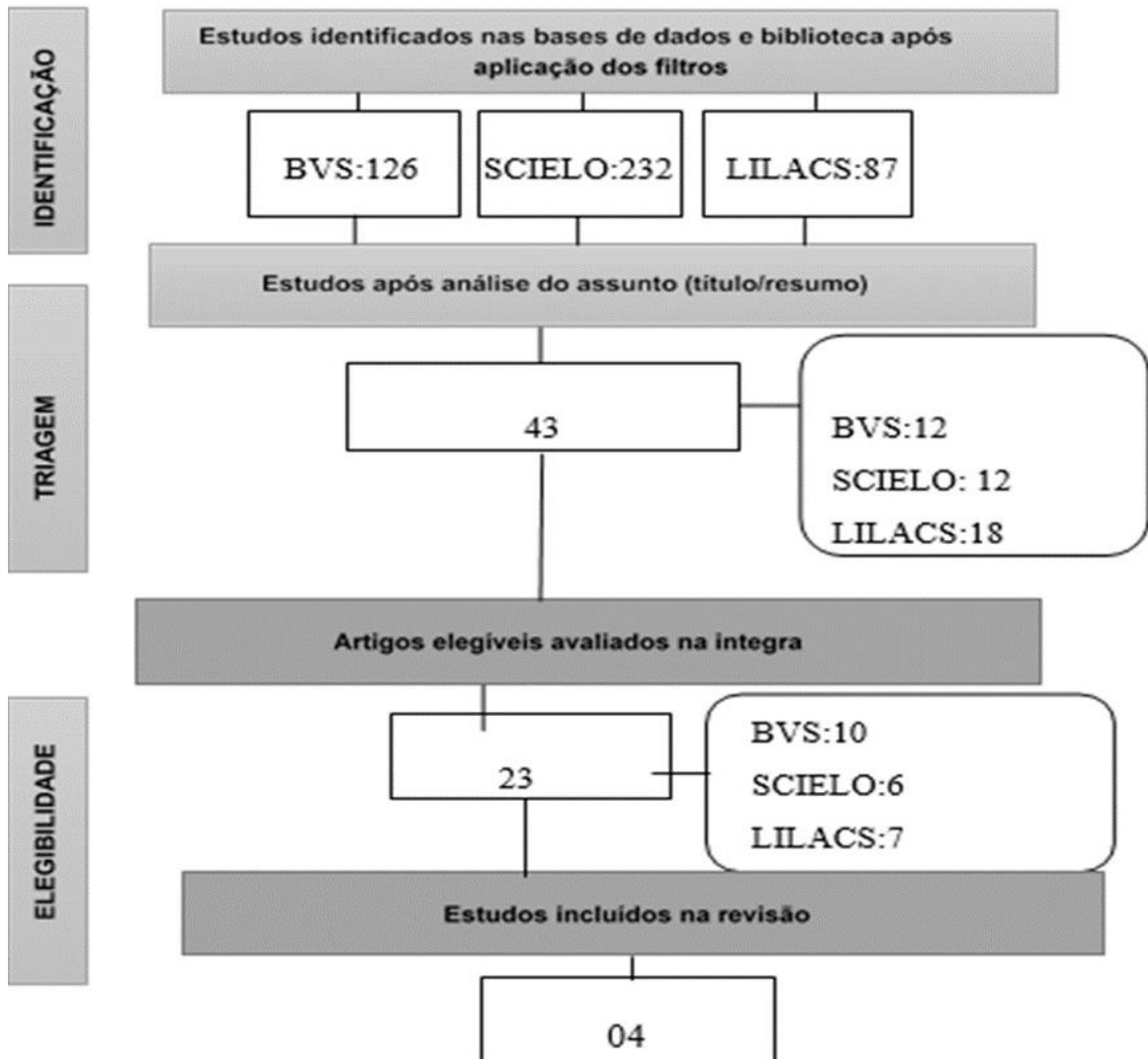
Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Artigos disponíveis na base de dados selecionada.	Artigos de revisão.
Artigos completos e disponíveis para acesso.	Artigos duplicados.
Artigos escritos em língua portuguesa.	Artigos que não se enquadrem na temática em estudo.
Formatos aceitos: pesquisas qualitativas, quantitativas, e relatos de experiência	Artigos em língua estrangeira
Artigos publicados no período entre 2019 e 2024.	

Fonte: O autor (2024).

Após a aplicação desses filtros, os resultados encontrados foram os seguintes: BVS: 126 artigos, SCIELO: 232 artigos e LILACS: 87 artigos. Para conduzir os cruzamentos entre as bases de dados, utilizou-se o operador booleano "AND", e o processo foi orientado pelo instrumento PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (MOHER *et al.*, 2009). A seguir na figura 1, o fluxograma dos estudos:

Figura 2: Fluxograma de cruzamento de dados e seleção dos estudos para a RIL.



Fonte: O autor (2024).

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Após uma pesquisa aprofundada, foram selecionados artigos pertinentes ao contexto desta revisão, levando em consideração o título, autor e ano de publicação, objetivos, metodologia e resultados encontrados. A análise de dados constitui um conjunto de técnicas de investigação da comunicação que, apesar de representarem um único instrumento de pesquisa, englobam diversas formas adaptáveis a várias aplicações. Este agrupamento de ferramentas metodológicas está em constante desenvolvimento, permitindo sua aplicação a uma ampla variedade de conteúdos (BARDIN, 2016).

Segundo Bardin (2016), o uso deste instrumento de análise de dados tem organização em três polos cronológicos: (1) pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação.

A pré-análise é um período organizacional, durante o qual se desenvolve um programa flexível, mas muito preciso, que sistematiza a ideia original da pesquisa e implementa um plano específico de desenvolvimento de pesquisa. De início, há três fatores importantes nesta etapa: a seleção de documentos a serem apresentados para análise; formulação de hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores para apoiar a interpretação final. Embora esses fatores estejam intimamente relacionados, eles não seguem necessariamente uma ordem cronológica, mas se complementam (BARDIN, 2016).

Posteriormente, inicia a fase de análise do material, apontada como extensa e entediante, constitui-se basicamente em um conjunto de regras elaboradas, em execuções de códigos, decomposição e enumeração. Estes são métodos manuais, com uma aplicabilidade sistemática de decisões tomadas durante a pesquisa (BARDIN, 2016).

A interpretação e o tratamento dos resultados atingidos, necessitam ser relevantes e válidos para obter uma análise percentual ou um fator mais complexo que possa refletir e criar respostas, gráficos, números e modelos que mostrem claramente os dados obtidos durante a análise. A mesma deve ter resultados relevantes e concretos para sugerir interferência e interpretação das metas pretendidas. Ou, graças aos resultados obtidos pela comparação sistemática do material e do tipo de interferência alcançada na pesquisa, pode ser a base para outras análises organizadas a partir de dimensões teóricas (BARDIN, 2016).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da Revisão Integrativa de Literatura (RIL) proporcionaram a elaboração de um quadro-síntese que resume os dados bibliográficos em relação a diferentes aspectos. Este quadro inclui a sumarização dos 04 artigos selecionados com os seguintes elementos: título dos artigos, ano de publicação, objetivos da pesquisa, metodologia utilizada e principais resultados encontrados.

Essa técnica permite uma visão panorâmica e organizada dos estudos selecionados, facilitando a identificação de padrões, lacunas no conhecimento e tendências ao longo do tempo, conforme segue no quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Síntese dos estudos que compuseram a Revisão de Literatura.

TÍTULO	AUTOR/ANO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
--------	-----------	-----------	-------------	------------

<p>Perfil das crianças usuárias do ambulatório de saúde mental do município de Içara – SC.</p>	<p>DA SILVA SERAFIM, Maísa Pedro et al..2019</p>	<p>Delinear o perfil das crianças atendidas no Ambulatório de Saúde Mental de Içara - SC.</p>	<p>A coleta de dados deu-se através dos prontuários das crianças de 6 a 11 anos atendidas no período de 2013 a junho de 2016.</p>	<p>27% encaminhados por suspeita de transtorno do neurodesenvolvimento. A psicóloga atende 53%, 31% fazem psicoterapia, 21% usam medicação, e 12% combinam psicoterapia com psicofármacos. A abordagem biopsicossocial é essencial para desenvolver práticas mais eficazes e adaptadas às necessidades dos usuários.</p>
<p>As queixas escolares e suas interfaces em um ambulatório de saúde mental infantil.</p>	<p>DOS SANTOS, Leticia Oliveira; DE FRANÇA, Valdelice Nascimento; DA SILVA BATISTA, Anelice. 2022</p>	<p>Rastrear e mapear a queixa escolar no Centro de Orientação Médico Psicológica do Distrito Federal, de forma a refletir sobre as características desta demanda nos serviços de saúde mental</p>	<p>Foram analisados 79 prontuários de crianças que participam de Grupos Terapêuticos realizados na instituição, sendo os dados analisados quantitativamente através da estatística descritiva.</p>	<p>A maioria dos problemas escolares relatados, especialmente em meninos, são de natureza comportamental e/ou emocional, com muitos diagnosticados por médicos e medicados. Profissionais de saúde e educação devem repensar suas práticas, considerando fatores políticos, sociais, econômicos e educacionais, para evitar a patologização excessiva na educação.</p>

Determinantes gestacionais de transtornos mentais em crianças atendidas em hospital pediátrico geral.	FERRAZ, Izabel Ester Inácio; LEITE, Álvaro Jorge Madeiro; CAMPOS, Eugênio de Moura. 2019	Avaliar a associação entre fatores relacionados à história obstétrica materna e surgimento de transtornos mentais em crianças e adolescentes acompanhados em ambulatórios de um hospital infantil	Estudo transversal.	Fatores obstétricos como presença dos pais no nascimento, planejamento e desejo da gestação, uso de medicamentos pela mãe durante a gravidez, e duração da amamentação influenciam significativamente a saúde mental futura das crianças.
Estudo de Associação entre Sintomas Psicopatológicos e Fatores de Risco em Escolares.	HEINEN, Marina; DA SILVA OLIVEIRA, Margareth; FORTES, PAULA. 2021	Analisar a associação de sintomas psicopatológicos e fatores de risco em 39 crianças.	Para a avaliação utilizou-se as escalas Children Depression Inventory, Screen for Child Anxiety Related Emotional Disorders, Social Skills Rating System e Emotional Regulation Checklist. Analisou-se os dados no programa Statistical Package for Social Sciences, versão 24.0.	Labilidade emocional, regulação emocional, habilidades sociais e problemas de comportamento estão associados. Ansiedade se correlaciona com depressão, que, por sua vez, se relaciona com problemas de comportamento. Diferenças de gênero são notadas apenas na ansiedade.

Fonte: O autor (2024).

O quadro apresenta, sumariamente, que a investigação das causas associadas aos transtornos mentais na infância tem sido objeto de estudo em diversas pesquisas recentes. O estudo realizado no Ambulatório de Saúde Mental de Içara – SC, de Serafim *et al.*, (2019) analisou 180 prontuários de crianças entre 6 e 11 anos, delineando o perfil das crianças atendidas nesse contexto. Os resultados revelaram uma predominância do sexo masculino (58,3%), com a maioria das crianças tendo entre 8 e 9 anos. Os principais motivos de encaminhamento foram suspeita de Transtorno do Neurodesenvolvimento (30%) e Transtorno

Disruptivo, do Controle e da Conduta (20%). A maioria dos atendimentos foi realizada pela psicóloga (53%), e o tratamento mais comum foi a psicoterapia (42%), seguido pelo uso de psicofármacos (28%). O estudo destaca a necessidade de mais profissionais especializados e de uma abordagem biopsicossocial na assistência à saúde mental infantil.

Outra pesquisa relevante, conduzida no Centro de Orientação Médico Psicopedagógica do Distrito Federal (Santos *et al.*, 2022), analisou 79 prontuários de crianças em grupos terapêuticos, com média de idade de sete anos, sendo 72,1% do sexo masculino e 27,9% do sexo feminino. Destes, 63,2% apresentavam queixas escolares, sendo 80% meninos. As queixas mais frequentes foram comportamentais e emocionais, seguidas por dificuldades de aprendizagem e problemas de desenvolvimento. A maioria das crianças (64%) recebeu algum diagnóstico, sendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) os mais comuns. O estudo destaca a importância de repensar práticas e considerar fatores contextuais na produção da queixa escolar.

Além disso, estudos como o realizado em um hospital pediátrico geral (Ferraz *et al.*, 2019) coletaram dados de 307 participantes de 7 a 17 anos em ambulatórios de especialidades pediátricas no Hospital Infantil Albert Sabin. O instrumento principal foi o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), aplicado aos cuidadores. Os resultados revelaram que 44% das crianças foram consideradas "casos", com prevalência de 30,3% para hiperatividade, 61,6% para sintomas emocionais, 45,9% para problemas de conduta, 32,9% para problemas de relacionamento e 10,1% para comportamento pró-social não normal. Fatores como depressão materna pós-parto, doença mental dos pais e pais separados foram associados a transtornos mentais nas crianças.

Heinen *et al.* (2022) avaliaram 39 crianças entre 7 e 9 anos em duas escolas do Rio Grande do Sul, utilizando diversas escalas. A maioria dos participantes (61,5%) estava no terceiro ano do ensino fundamental e frequentava escola pública (53,8%). A maioria era do sexo masculino (51,3%) e a idade média foi de 8,2 anos. Em relação aos pais, o ensino médio foi o nível de escolaridade predominante, tanto para mães (34,3%) quanto para pais (38,9%). A classe econômica B foi a mais frequente (51,3%), e a maioria dos pais era casada (66,7%). A maioria das crianças (83,7%) tinha irmãos e mais da metade (53,8%) participava de atividades extracurriculares. A maioria não estava em psicoterapia (92,3%).

A análise dos dados desses estudos revelou associações significativas entre sintomas emocionais, habilidades sociais, problemas de comportamento e gênero, destacando a importância de considerar múltiplos fatores no entendimento e prevenção de transtornos mentais na infância. Essas pesquisas, ao longo dos anos, têm proporcionado uma base sólida

para a compreensão dos transtornos mentais na infância, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de intervenção e promoção da saúde mental nessa faixa etária.

5.1 CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A base teórica dos dados dos estudos selecionados foi elaborada a partir de uma análise do conteúdo, permitindo a construção de categorias caracterizadas em síntese descritiva e discutidas com embasamento na literatura relevante. A utilização do instrumento de coleta de dados possibilitou a construção de duas categorias distintas, as quais foram:

5.1.1 Categoria 1 – Perfil das crianças atendidas em serviços de saúde mental

Os estudos de Heinen *et al.* (2022) avaliaram 39 entre 7 e 9 anos em duas escolas do Rio Grande do Sul, utilizando diversas escalas. A maioria dos participantes (61,5%) estava no terceiro ano do ensino fundamental e frequentava escola pública (53,8%). A maioria era do sexo masculino (51,3%) e a idade média foi de 8,2 anos. Em relação aos pais, o ensino médio foi o nível de escolaridade predominante, tanto para mães (34,3%) quanto para pais (38,9%). A classe econômica B foi a mais frequente (51,3%), e a maioria dos pais era casada (66,7%). A maioria das crianças (83,7%) tinha irmãos e mais da metade (53,8%) participava de atividades extracurriculares. A maioria não estava em psicoterapia (92,3%).

Segundo Ferraz e colaboradores (2019) em seu estudo transversal, coletaram dados de 307 participantes de 7 a 17 anos em ambulatórios de especialidades pediátricas no Hospital Infantil Albert Sabin. O instrumento principal foi o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), aplicado aos cuidadores. Os resultados revelaram que 44% das crianças foram consideradas "casos", com prevalência de 30,3% para hiperatividade, 61,6% para sintomas emocionais, 45,9% para problemas de conduta, 32,9% para problemas de relacionamento e 10,1% para comportamento pró-social não normal. Fatores como depressão materna pós-parto, doença mental dos pais e pais separados foram associados a transtornos mentais nas crianças.

Os estudos de Santos *et al.* (2022) analisaram 79 prontuários de crianças em grupos terapêuticos no Centro de Orientação Médico Psicopedagógica do Distrito Federal (COMPP). A média de idade foi de sete anos, com 72,1% do sexo masculino e 27,9% do sexo feminino. Destes, 63,2% apresentavam queixas escolares, sendo 80% meninos. As queixas mais frequentes foram comportamentais e emocionais, seguidas por dificuldades de aprendizagem e problemas de desenvolvimento. A maioria das crianças (64%) recebeu algum diagnóstico, sendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno de Déficit de Atenção e

Hiperatividade (TDAH) os mais comuns. O estudo destaca a importância de repensar práticas e considerar fatores contextuais na produção da queixa escolar.

Para Serafim et al. (2019), os principais motivos de encaminhamento foram suspeita de Transtorno do Neurodesenvolvimento (30%) e Transtorno Disruptivo, do Controle e da Conduta (20%). A maioria dos atendimentos foi realizada pela psicóloga (53%), e o tratamento mais comum foi a psicoterapia (42%), seguido pelo uso de psicofármacos (28%). O estudo destaca a necessidade de mais profissionais especializados e de uma abordagem biopsicossocial na assistência à saúde mental infantil.

Os estudos analisados destacam um perfil demográfico de predominância masculina e indicam que as principais queixas e diagnósticos incluem transtornos de neurodesenvolvimento, problemas emocionais e comportamentais. A abordagem terapêutica varia entre os estudos, com alguns destacando a psicoterapia e outros indicando uma menor adesão a tratamentos formais. Fatores contextuais e familiares são reconhecidos como influentes na saúde mental infantil, sugerindo a necessidade de uma abordagem holística e biopsicossocial no atendimento a essa população.

Os estudos revisados oferecem uma perspectiva detalhada sobre as causas associadas aos transtornos mentais na infância. Ao examinar características demográficas, fatores de risco, prevalência de sintomas e abordagens terapêuticas, essas pesquisas destacam a importância de uma abordagem multidisciplinar e integrada no cuidado à saúde mental infantil. É evidente a necessidade de considerar não apenas os sintomas manifestos, mas também os contextos familiar, escolar e social que influenciam o desenvolvimento e o bem-estar das crianças. Diante disso, é essencial repensar práticas de diagnóstico e encaminhamento, promover ações preventivas e de promoção da saúde mental, e fortalecer redes de apoio intersetoriais para garantir o cuidado integral e a promoção do desenvolvimento saudável das crianças.

Por fim, os estudos convergem para a necessidade de repensar as práticas de encaminhamento e diagnóstico de crianças com dificuldades escolares, buscando alternativas que não patologizem o comportamento infantil e que considerem a complexidade dos fatores envolvidos no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A criação de redes de apoio intersetoriais, que envolvam a família, a escola e os serviços de saúde, também se mostra fundamental para garantir o cuidado integral e a promoção da saúde mental das crianças.

5.1.2 Categoria 2 – Fatores de risco e determinantes associados aos transtornos mentais infantis

Os estudos de Heinen *et al.* (2022), Ferraz *et al.* (2019), Santos *et al.* (2022) e Serafim *et al.* (2019) exploram fatores de risco e determinantes associados a transtornos mentais em crianças, convergindo e divergindo em alguns pontos.

Para Heinen *et al.* (2022) e Ferraz *et al.* (2019) suas pesquisas voltaram para os fatores familiares como risco. Heinen *et al.* (2022) destacam a desregulação emocional e problemas de comportamento na criança, correlacionando-os com sintomas de ansiedade e depressão. Ferraz *et al.* (2019) apontam a depressão materna como um fator de risco significativo, afetando o vínculo mãe-bebê e o desenvolvimento da criança. Ambos os estudos concordam que o ambiente familiar desempenha um papel crucial na saúde mental infantil, mas Heinen *et al.* (2022) se concentra nas características da criança, enquanto Ferraz *et al.* (2019) enfatiza a influência materna.

Os autores Santos *et al.* (2022) e Serafim *et al.* (2019) exploram a medicalização e patologização de queixas escolares como um problema. Santos *et al.* (2022) argumentam que essa prática pode levar à estigmatização e ao agravamento do sofrimento psíquico, enquanto Serafim *et al.* (2019) observam que muitos encaminhamentos para serviços de saúde mental são motivados por questões familiares e sociais, como falta de limites e abuso de substâncias. Ambos concordam que a medicalização é um problema, mas Santos *et al.* (2022) focam no impacto da patologização, enquanto Serafim *et al.* (2019) exploram as causas dos encaminhamentos.

Em relação aos determinantes, Heinen *et al.* (2022) encontraram que o gênero feminino está associado a uma maior prevalência de sintomas de ansiedade, enquanto os outros três estudos observaram uma maior prevalência de meninos encaminhados para serviços de saúde mental, principalmente devido a problemas de comportamento. Essa divergência pode ser explicada pelas diferentes amostras e contextos dos estudos, sugerindo que o gênero pode influenciar a manifestação e o reconhecimento de transtornos mentais em crianças.

Por fim, a literatura analisada desta revisão revela a complexidade e a multicausalidade dos transtornos mentais na infância, demandando abordagens que considerem a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. A prevenção e o tratamento eficazes requerem um olhar atento aos contextos familiar, escolar e social da criança, buscando identificar e abordar os fatores de risco e promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e resiliência. A discussão dos autores destes artigos sobre a medicalização e patologização de queixas escolares também se mostra crucial para evitar a estigmatização e garantir que as intervenções sejam adequadas e respeitem as necessidades individuais de cada criança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo sobre as causas associadas aos transtornos mentais na infância, é evidente a complexidade e a multifatorialidade que envolvem o tema. As evidências

destacadas ao longo do trabalho ressaltam a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar para o entendimento e manejo desses transtornos.

A análise da literatura científica revelou que os transtornos mentais na infância são influenciados por uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Entre os fatores de risco identificados, destacam-se as condições socioeconômicas desfavoráveis, a exposição a situações de violência e negligência, e a presença de doenças mentais nos pais. Esses achados corroboram com estudos prévios que indicam a necessidade de políticas públicas robustas e direcionadas, que promovam não apenas o tratamento, mas também a prevenção e a promoção da saúde mental desde os primeiros anos de vida.

Além disso, a pesquisa aponta para a importância dos serviços de saúde mental específicos para crianças e adolescentes, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses serviços são fundamentais para o atendimento integral e humanizado, promovendo a reabilitação psicossocial e a reintegração dessas crianças em suas comunidades.

A formação e a capacitação de profissionais da saúde e da educação também se mostraram essenciais para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado dos transtornos mentais na infância. A articulação entre os diferentes setores, como saúde, educação e assistência social, é vital para a construção de uma rede de apoio efetiva e integrada.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de um olhar atento e cuidadoso para a saúde mental infantil, considerando a criança em seu contexto biopsicossocial. As intervenções devem ser personalizadas e baseadas em evidências científicas, garantindo que cada criança receba o cuidado necessário para seu pleno desenvolvimento.

A continuidade das pesquisas nesta área é muito importante para aprofundar o entendimento dos mecanismos subjacentes aos transtornos mentais na infância e para o desenvolvimento de estratégias de intervenção cada vez mais eficazes. Somente assim poderemos assegurar um futuro mais saudável e promissor para nossas crianças.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 349-361, 2009.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRAGA, Cláudia Pellegrini; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & saúde coletiva**, v. 24, p. 401-410, 2019.

CID, Maria Fernanda Barboza et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-posições**, v. 30, p. e20170093, 2019.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DUARTE, Cristiane S.; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. 390-398, 2008.

DA SILVA SERAFIM, Maísa Pedro et al. Perfil das crianças usuárias do ambulatório de saúde mental do município de Içara-SC. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 192-209, 2019.

DOS SANTOS, Letícia Oliveira; DE FRANÇA, Valdelice Nascimento; DA SILVA BATISTA, Anelice. As **Queixas Escolares e Suas Interfaces em um Ambulatório de Saúde Mental Infantil**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. 3, p. 1041-1061, 2022.

FARIA, Nicole Costa; RODRIGUES, Marisa Cosenza. **Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais**. Psicologia da Educação, n. 51, p. 85-96, 2020.

FERRAZ, Izabel Ester Inácio; LEITE, Álvaro Jorge Madeiro; CAMPOS, Eugênio de Moura. Determinantes gestacionais de transtornos mentais em crianças atendidas em hospital pediátrico geral. 2019.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi et al. **Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 28, p. 725-740, 2020.

FERRIOLLI, Silvia Helena Tortul; MARTURANO, Edna Maria; PUNTEL, Ludmila Palucci. **Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família**. Revista de Saúde Pública, v. 41, p. 251-259, 2007.

HEINEN, Marina; DA SILVA OLIVEIRA, Margareth; FORTES, PAULA. Estudo de Associação entre Sintomas Psicopatológicos e Fatores de Risco em Escolares. **Revista de Psicologia da IMED**, 2022.

HILDEBRAND, Natália Amaral et al. **Resiliência e problemas de saúde mental em crianças e adolescentes vítimas de violência**. Revista de saúde pública, v. 53, 2019.

MACEDO, João Paulo et al. **A regionalização da saúde mental e os novos desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Saúde e sociedade, v. 26, p. 155-170, 2017.

MATOS, Mariana Bonati de et al. **Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 2157-2163, 2015.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008.

MENEZES, Jordana Calil Lopes de. Desenvolvimento positivo e saúde mental de crianças: Uma revisão sistemática de estudos brasileiros. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - **Universidade de Brasília**, Brasília, 2013.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Annals of internal medicine**, v. 151, n. 4, p. 264-269, 2009.

SANTOS, Raquel Godinho Hokama dos; CELERI, Eloisa Helena Rubelo Valler. **Rastreamento de problemas de saúde mental em crianças pré-escolares no contexto da atenção básica à saúde.** *Revista Paulista de Pediatria*, v. 36, p. 82-90, 2017.

SILVA, Kenya de Lima et al. Influência das necessidades psicossociais na saúde mental das crianças. **Online braz. j. nurs.**(Online), p. 71-77, 2004.

SILVA, Lucyla Késia de Carvalho; SILVA, Elisa Alves da. Psicodrama e atividades lúdicas na promoção e prevenção da saúde mental infantil. **Revista do NUFEN**, v. 11, n. 1, p. 215-231, 2019.

SILVA, E. L. da; et al. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2015.

SOARES, Joyce et al. O cuidar de enfermagem em saúde mental na perspectiva da reforma psiquiátrica. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, 2020.

VITOLLO, Ymara Lúcia Camargo et al. Crenças e atitudes educativas dos pais e problemas de saúde mental em escolares. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 716-724, 2005.

APÊNDICE

APENDICE A – INSTRUMENTO DE EXTRAÇÃO DOS DADOS

FORMULÁRIO DE EXTRAÇÃO DOS DADOS
TÍTULO DO ESTUDO:
IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO
Autores:
Ano de publicação:
País de realização:
OBJETIVOS
Geral:
Específicos:
DELINEAMENTO DO ESTUDO
Lócus:
Tipo de estudo
Estudo patrocinado por empresas:
Participantes do estudo:
PRINCIPAIS RESULTADOS